

A vigilância sobre o movimento operário nos arquivos da polícia política paulista: autoritarismo e suspeição na “transição democrática” (1984-1985)

Surveillance Over the Working Class Movement in the Archives of the Political Police of São Paulo: Repression and Suspicion During the “Democratic Transition” (1984-1985)

Resumo

Neste artigo, discutimos algumas das características dos acervos reunidos pelas polícias políticas paulistas, com destaque para a atividade do Departamento de Comunicação Social da Polícia Civil (DCS), que funcionou entre 1983 e 1999. A partir do exemplo da vigilância promovida pelo órgão sobre as greves metalúrgicas de São José dos Campos entre 1984 e 1985, abordamos as semelhanças entre a documentação do DCS e a do DEOPS/SP (1924-1983), e sustentamos a viabilidade da utilização dos “arquivos da repressão” para o estudo das lutas operárias mesmo após a chamada “transição democrática”.

Palavras-chave: Polícia Política; Greves; Metalúrgicos; Arquivos; Departamento de Comunicação Social (DCS).

Abstract

In this paper we discuss some traits of the documentation collected and produced by political police agencies of the state of São Paulo, focusing specially on the archives of the Departamento de Comunicação Social da Polícia Civil (DCS), active between 1983 and 1999. Based on the example of the continuous surveillance over the metalworkers' strikes in São José dos Campos/SP, in 1984 and 1985, we point out the similarities between the documentation produced by the DCS and that of its famous predecessor, the DEOPS/SP (1924-1983). We also sustain that the studies of the Brazilian working class struggles during the last “democratic transition” have much to gain from the use of political police archives.

Keywords: Political Police; Strikes; Metalworkers; Archives; Departamento de Comunicação Social (DCS).

1 A produção documental das polícias políticas

As atividades dos organismos repressivos, especialmente as daqueles desenvolvidos sob os auspícios dos regimes mais abertamente autoritários da história recente brasileira, e sobretudo as dos serviços de inteligência, indispensáveis à repressão sistemática, interessam especialmente aos historiadores pela documentação que legam¹. A partir de seu contato com o acervo do Delegacia de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS/RJ), Luciana L. C. Pereira estabelece algumas considerações sobre os significados dessa produção documental massiva, característica comum às diversas variantes de polícia política que o Brasil conheceu. Diz a autora:

A vasta documentação reunida nos arquivos policiais evidencia que parte considerável do poder da polícia política resulta da eficácia dessa operação de produção, acumulação e organização de documentos, pois são nos seus fichários e prontuários que se encontram inscritos e classificados os “criminosos políticos”, as “carreiras criminais” e a “vida pregressa” dos “subversivos reincidentes”. Trata-se, antes de tudo, de um poder de escrita.²

É curioso que um dos resultados não pretendidos desse “poder de escrita” tenha sido justamente o de conservar fragmentos das vozes de adversários que essas mesmas agências buscaram calar. Enquanto os incontáveis relatórios policiais e de inteligência produzidos pelos policiais geralmente permitem recuperar o olhar da repressão sobre os “subversivos”, uma série de outros documentos, elaborados ou mantidos pelos perseguidos, foram apreendidos pelo aparato repressivo e acabaram preservados.³ Ironicamente, graças ao afã acumulativo das agências de segurança e informações, seus acervos hoje permitem que conheçamos mais das trajetórias, ações e opiniões daqueles a quem o autoritarismo temia. Sobre a vigilância contínua e a apreensão de materiais “subversivos” pelas polícias políticas, diz Maria L. T. Carneiro:

Com base na Lei de Segurança Nacional, os homens da legalidade tinham o direito de vasculhar o submundo das ideias que, segundo juízo policial, era povoado por “libertinos”, “traficantes”, “traidores”, etc. Cabia às autoridades desvelar os segredos daqueles que como arquitetos do complô – fosse ele verdadeiro ou imaginário – viessem a minar a ordem estabelecida. Assim, cabia ao investigador o reconhecimento da área e a identificação das táticas adotadas pelos “subversivos”, de forma a compor um arsenal de informações que lhes possibilitassem isolar o perigo. Este raciocínio justifica o grande número de fotografias, correspondência particular, catálogos, periódicos, livros e objetos pessoais confiscados e anexados aos autos. Este é o único momento em que a polícia realmente “dá voz” ao inimigo, preservando os originais dos seus protestos.⁴

1 Esta pesquisa conta com uma bolsa de doutorado FAPESP, processo n. 2016/05888-8.

2 Luciana Lombardo C. Pereira. “Nos arquivos da polícia política: reflexões sobre uma experiência de pesquisa no Dops do Rio de Janeiro”. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro*, vol. 27, nº 1 (jan-jun 2014), pp. 254-267. (aqui p. 257).

3 Antonio Negro e Paulo Fontes comentam com sensibilidade as desiguais empreitadas “arquivísticas” em que se envolviam os adversários dos regimes autoritários que acumulassem material sobre o movimento operário (assumindo uma série de riscos por esse simples motivo), como o veterano Edgar Leuenroth, e os próprios agentes policiais, que produziam informações e apreendiam material do movimento. Cf. Antonio Luigi Negro e Paulo Fontes. “Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical”. In: Maria Aparecida de Aquino *et al* (org.). *No Coração das Trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2001, pp. 157-179. Cf. p. 158.

4 Maria Luiza Tucci Carneiro. “Os arquivos da polícia política brasileira. Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo” (2005). pp. 4-5. Disponível *online* em: <https://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf>. Consultado em 18/09/2017.

Enrique Serra Padrós também destaca as possibilidades abertas pela presença de tipos diversos de documentação nos “arquivos da repressão”, distinguindo os “*documentos repressivos propriamente ditos*”, isto é, os dossiês, fichas, informes, etc. produzidos pelas próprias forças de segurança, do “conjunto de *objetos roubados das vítimas ou expropriados de organizações que foram alvo da violência estatal*, como documentos, livros, fotos, objetos, atas de reunião, fichários de associados, panfletos e outros materiais”. O autor recomenda cautela no trato com as “fontes oficiais”, produzidas pelos próprios organismos de repressão, “cuja lógica interna (informação, contrainformação, pontos de vista etc.) pode capturar o leitor desatento (...) levando-o a uma aceitação tácita de que o seu conteúdo é expressão imediata de veracidade.”⁵

Da mesma forma, lidar com a documentação produzida pelos alvos das polícias políticas requer cuidados específicos. Há que se levar em conta, por exemplo, que essas pessoas, frequentemente, sabiam ser alvo de vigilância, não sendo incomum que se livrassem de documentos ou objetos “incriminadores”, produzissem lacunas propositais em textos ou se utilizassem de códigos, referências indiretas, alusões e outros expedientes de “contrainteligência” para confundir leitores indesejados. Deve-se notar ainda, como faz Carneiro, que a coação e a violência marcam documentos em que, aparentemente, os “suspeitos” falariam diretamente, tais como os depoimentos registrados nos “termos de declarações”. Nesses documentos, resultado de inquéritos orais, de acordo com a autora, não raro “o inquirido era induzido a dar nomes ou confirmar fatos em consequência da formulação da pergunta”.⁶

Há, portanto, uma série de limites a se considerar diante das fontes contidas nos “arquivos da repressão”, para além das dificuldades inerentes ao próprio acesso. É certo que, paulatinamente, a partir da década de 1990, houve avanços significativos na publicização dessa documentação, tais como a abertura do acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/SP⁷) para consultas, em fins de 1994, o recolhimento pelo Arquivo Nacional (AN) dos acervos do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 2005, e de importantes parcelas dos papéis produzidos pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), em 2012. Com a aprovação de uma nova Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011), regulamentada pelo Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012, sancionado pelo Governo Dilma Rousseff, foi finalmente institucionalizada a consulta pública do rol de documentos “classificados” (“reservados”, “secretos”, “ultrassegredos”) em poder de instituições públicas, muito embora siga existindo a figura do sigilo (e sua prorrogabilidade), determinado pelo Poder Executivo ou pelo comando das Forças Armadas, a partir do entendimento de que as informações neles contidas sejam “imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado”.⁸ Mas, apesar dos avanços, é digno de nota que nem mesmo a formação de uma Comissão da Verdade tenha garantido aos pesquisadores interessados o acesso ao restante da documentação oficial sob a guarda das Forças Armadas, barrados pela alegação de que esses arquivos, “se existiram, foram destruídos”.⁹ Diante desse cenário, permanecem oportunas as conclusões de Padrós:

5 Enrique Serra Padrós. “História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos”. *Tempo e Argumento*, v.1, n.1 (jan-jun 2009), pp. 30-45 (aqui pp. 39-40).

6 Maria Luiza Tucci Carneiro, “Os arquivos da polícia política”, *op cit*, p. 5.

7 Esta denominação, a última do órgão paulista, data de 1975. À sua fundação, em 1924, também chamava-se Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

8 Lei Federal Brasileira n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Arts. 23-28.

9 Marcelo da Fonseca. “Nem a Comissão da Verdade teve acesso a arquivos do Tribunal Militar”. *Estado de Minas*, 17 mar. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/03/17/interna_politica,854998/nem-a-comissao-da-verdade-teve-acesso-aos-documentos.shtml>. Consultado em 10/10/2017.

...não se pode ter a expectativa de que esses documentos, quando revelados, se tornam portadores de uma verdade cristalina, trazem informações essenciais ou grandes novidades e descobertas. A própria legitimidade das informações ali coletadas deve ser questionada com muita cautela, pois são informações que, em muitos casos, foram arrancadas das vítimas em situações constrangedoras, sob forte coerção ou, então, elaboradas por funcionários estatais (policiais, militares, diplomatas, médicos, funcionários públicos, etc.) que transmitiram a informação de acordo com seus interesses e simpatias, dos seus chefes ou das instituições em que desempenharam funções. Como já se afirmou, a validação desses documentos para a pesquisa ocorre na medida em que são cruzados com outras fontes a fim de aferir a veracidade de informações. Geralmente eles confirmam o que já se sabia, o que era comentado em voz baixa, em sussurro, o que circulava como suspeita ou denúncia. Portanto, os documentos elaborados pelo Estado repressivo, além de ajudar a precisar questões pontuais (individuais e/ou coletivas), conferem legitimidade e credibilidade às denúncias realizadas muitos anos antes.¹⁰

O acervo do DEOPS/SP, um dos focos do presente texto, foi descrito com grande riqueza de detalhes nos volumes da coleção “Dossiês DEOPS/SP – Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro”, instrumentos fundamentais para o pesquisador que busca se familiarizar com essa documentação. A coleção resulta do trabalho dos historiadores envolvidos com o projeto “Mapeamento e sistematização do Acervo DEOPS/SP: Série Dossiês (1940 – 1983)”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e coordenado por Maria Aparecida de Aquino, entre 1998 e 2002. Muitas das informações e questionamentos que trazemos aqui derivam deste trabalho de mapeamento, tentativa pioneira de estabelecer uma visão abrangente do vasto conjunto documental produzido e mantido pelo departamento ao longo de quase seis décadas de atividade ininterrupta.

Criado pela Lei nº 2.034, de 30 de dezembro de 1924, e regulamentado quatro anos depois, o DEOPS/SP nasce numa conjuntura de instabilidade dos governos e avanço na organização do movimento operário, e esteve, portanto “desde o início ligado ao policiamento de setores considerados perigosos pela ordem vigente”.¹¹ Sua extinção, decretada pelo governador José Maria Marin (vice na chapa do último dos interventores indicados pela ditadura, Paulo Maluf) em 4 de março de 1983, antecede em apenas alguns dias a posse de Franco Montoro, eleito governador pelo MDB em novembro do ano anterior. A partir daí, a documentação arquivada pelo departamento fica sob a guarda da agência paulista da Polícia Federal por oito anos; somente em 1991, seu acervo é destinado à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, que o remete ao Arquivo do Estado.

Por essa razão, é possível questionar se, ao longo do período entre 1983 e 1991, a Polícia Federal não teria depurado o acervo “de sua documentação mais significativa”, aquela que, nos termos de Maria Aparecida de Aquino, “permitiria o acesso a informações mais relevantes e descobertas mais importantes sobre o autoritarismo estatal brasileiro, particularmente, o do regime militar”; entretanto, para além de outras dificuldades, a própria ausência de “pesquisas intensivas e extensivas cobrindo toda a documentação” inviabilizaria a determinação da amplitude dessa possível depuração. Em todo caso, a autora afirma que a documentação disponível para consulta permite entrever a existência de lacunas.¹² Além disso, durante a permanência desse acervo sob a guarda da Polícia Federal, os dados previamente acumulados pelo departamento continuaram sendo consultados por outros órgãos de repressão, como demonstram alguns

10 Enrique Serra Padrós. “História do tempo presente”, *op cit*, p. 42.

11 João Paulo Garrido Pimenta. “Os arquivos do DEOPS-SP: nota preliminar”. *Revista de História*. 132 (1995), pp. 149-154 (aqui p. 150).

12 Maria Aparecida de Aquino. “DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária”. In M. A. Aquino *et al.* (org.). *O DEOPS/SP em busca do crime político*. Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 17-43 (aqui p. 23).

documentos cujas datas de produção são posteriores à extinção oficial do DEOPS/SP.¹³ Pâmela Resende, que se utilizou da documentação do órgão em sua pesquisa sobre os movimentos de luta pela anistia a partir de 1975, também identificou o problema da incompatibilidade cronológica entre o período de funcionamento legal do departamento e as datas de produção de muitos de seus dossiês: “a pesquisa no acervo Deops-SP envolve, com frequência, deparar-se com documentos produzidos após o fechamento do órgão”.¹⁴

Em nossa pesquisa sobre a atividade sindical e política no Vale do Paraíba paulista, além de documentos presentes no acervo do DEOPS/SP (sobretudo na série “Dossiês”, cujas características comentaremos adiante), deparamo-nos também com uma série de pastas do acervo do Departamento de Comunicação Social (DCS) da Polícia Civil paulista, cuja documentação, em conteúdo e forma, assemelha-se sobremaneira à que era produzida pelo órgão extinto, a tal ponto que o mesmo mecanismo de busca disponibilizado pelo Arquivo do Estado para facilitar o acesso ao acervo do DEOPS também remete às fichas do DCS. Criado ainda em março de 1983 (porém, já sob o governo Franco Montoro) e ativo até 1999¹⁵, parece evidente que o DCS herdou as funções, a metodologia e, possivelmente, até o pessoal de seu antecessor. No presente artigo, comentaremos exemplos dessa documentação, discutindo suas semelhanças com a do período anterior e sustentando a viabilidade da utilização dos “arquivos da repressão” inclusive para o estudo dos primeiros anos da Nova República. Antes de fazê-lo, contudo, convém apresentar algumas das características gerais do amplo conjunto documental acumulado pela polícia política paulista.

Além dos mais de cem livros de registros de inquéritos policiais, o acervo do DEOPS/SP contém quatro grandes séries documentais. A série “*Prontuários*” (cerca de 170.000 fichas remissivas e 150.000 prontuários, referindo-se sobretudo a pessoas físicas), acumulada pelo Arquivo Geral do Deops, cobre todo o período de existência oficial da entidade, entre 1924 e 1983, embora a maior parte da série corresponda a documentação produzida durante o primeiro Governo Vargas (1930-1945). As séries “*Ordem Política*” (cerca de 120.000 fichas remissivas e 1.500 pastas) e “*Ordem Social*” (115.000 fichas e mais de 2.300 pastas) correspondem à produção documental promovida, especificamente, pela Delegacia de Ordem Política (entre 1945 e 1983) e pela Delegacia de Ordem Social (entre 1948 e 1983), que anteriormente também enviavam seus acervos ao Arquivo Geral do Deops. Por fim, a maior série documental, nomeada “*Dossiês*”, inclui cerca de 1.100.000 fichas, remetendo a algo em torno de 2.000.000 de documentos, distribuídos em mais de 9.200 pastas. A série corresponde à documentação produzida a partir dos anos 1940 pelo Serviço Secreto do órgão, mais tarde denominado Serviço de Informações e, finalmente, em 1975, Divisão de Informações. A maior parte da série, contudo, corresponde ao período entre 1964 e 1983. A identificação da documentação contida nas pastas do acervo é facilitada pela utilização das fichas

13 Lucimar Almeida de Araújo *et al.* argumentam que resumos (produzidos após 1983) de informações arquivadas pelo DEOPS/SP foram elaborados “por agentes da Polícia Federal a fim de atender solicitações de informações advindas de vários órgãos de repressão”. Cf. L. A. Araújo et al. “O Acervo DEOPS/SP” In: Maria Aparecida Aquino *et al.* (org.), *No Coração das Trevas, op. cit.*, pp. 23-35 (aqui pp. 25-26, n. 8). Entretanto, os autores não afirmam que tal seja a única razão para que novos documentos tenham sido produzidos e acrescentados ao acervo após a extinção oficial da instituição.

14 Pâmela de Almeida Resende. *Os Vigilantes da Ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)*. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Justiça/ Arquivo Nacional, 2015. p. 70.

15 Quando é descoberto e denunciado na imprensa o caráter das atividades do DSC, ocasionando pressão popular e de entidades civis vinculadas aos direitos humanos para que a documentação do departamento fosse retirada do poderio da polícia e publicizada. Por decisão legislativa, o acervo passa para a guarda do Arquivo do Estado ainda em 1999, mas o tratamento da documentação e sua disponibilização para a consulta pública foram posteriores. À época do Projeto “Mapeamento...” as fontes do DCS ainda se encontravam inacessíveis.

remissivas¹⁶, que podem ser nominais, temáticas, ou de ambos os tipos, a depender da série a que pertencem.

É na série Dossiês que se encontram muitas das pastas com documentação referente aos sindicalistas valeparaibanos a partir do final dos anos 1970. Uma das peculiaridades desta série é o complexo código alfanumérico de três elementos (número-letra-número) utilizado pelos arquivistas do DEOPS/SP desde a década de 1940 para remeter às pastas (os “dossiês” propriamente ditos) em que os documentos se distribuem. De acordo com Aquino, o código certamente estabelecia a temática dos dossiês, agrupando-os por assunto (definido no primeiro número do código, composto por dois dígitos)¹⁷ ao mesmo tempo em que permitia entrever quais os setores da sociedade (indicados pela letra¹⁸) investigados em cada um deles; o terceiro elemento, numérico, estabelece, via de regra, a ordem cronológica de abertura das pastas. Por fim, um quarto elemento, também numérico, remete a cada documento dentro de um dossiê, identificando-os e estabelecendo seu encadeamento.

Uma das principais unidades documentais presentes nas pastas da série “Dossiês” parece ser mesmo o informe. Na sucinta definição de Resende, tratavam-se dos “produtos da espionagem realizada pelos informantes, com o intuito de desvendar as ideias e ações dos setores de contestação ao regime” ou ao governo.¹⁹ O verbete apresentado por Ishaq, Franco e Souza em A

16 Grande parte das fichas remissivas do acervo do DEOPS se encontram digitalizadas e integradas a um mecanismo de busca por palavras, disponibilizado no site do Arquivo do Estado de São Paulo. Entretanto, conforme aviso que consta na página, “o fato de não se encontrar documentação sobre determinada pessoa ou instituição nessa consulta não indica a inexistência dela no acervo”. Cf. <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/deops_ficha> Consultado em 11/10/ 2017.

17 Na terminologia estabelecida pelo Projeto “Mapeamento...”, o primeiro dígito do primeiro elemento do código identifica as *famílias*, correspondendo a cinco dezenas (10, 20, 30, 40 e 50), cada uma referindo-se a uma temática geral: a *família 10* trata, principalmente, da suspeição contra estrangeiros a partir da Segunda Guerra Mundial, visando prioritariamente as nacionalidades do Eixo, mas acompanhando, eventualmente, também os “suspeitos de sempre” (comunistas e socialistas principalmente); a *família 20* se dedica à política nacional, sobretudo do ponto de vista institucional, cobrindo principalmente os partidos e as eleições; a *família 30* trata da perseguição aos comunistas, socialistas e anarquistas; a *família 40*, por sua vez, corresponde à documentação advinda das distintas delegacias que compunham o DEOPS (Armas, Munições e Explosivos; Ordem Econômica; Ordem Política; Ordem Social; Estrangeiros); por fim, a *família 50*, a maior de todas, abriga uma grande variedade de temas, contemplando principalmente a “fase pós-1964 com seus interesses específicos, vinculados à chamada Doutrina de Segurança Nacional”. O segundo dígito do primeiro elemento do código caracterizaria as *subfamílias*, que configuram subtemas dentro do tema geral. Na família 10, por exemplo, Aquino identifica cinco subfamílias: 10 – investigação de atos de sabotagem, com suspeição principalmente aos japoneses; 12 – espionagem, principalmente suspeitos alemães; 13 – suspeitos de vinculações com o nazismo e o fascismo de modo geral; 14 – atividades de contrabando; 15 – acompanhamento de comunicações em idioma estrangeiro. Destaque-se que a classificação dos arquivos do Departamento de Comunicação Social (DCS), ao que tudo indica, o sucessor do DEOPS, segue o mesmo padrão de código alfanumérico de três elementos. Entretanto, o Dossiê 17-S-36 do acervo do DCS, em que se encontram a maioria dos documentos de que nos utilizaremos neste texto, remete a uma subfamília inexistente na série “Dossiês” do DEOPS e, a julgar por seu conteúdo, completamente estranha à temática da “família 10”; o que indica que a classificação utilizada por cada um dos órgãos não era a mesma. Note-se que Aquino já havia percebido o fenômeno da *migração de códigos* dentro da própria série “Dossiês” ao longo do tempo, de acordo com as circunstâncias de momento e com as transformações das preocupações do departamento e do perfil dos suspeitos.

18 De A a L, compreendendo doze *setores* sociais, entre os quais proprietários (em sentido amplo, enquadrando pequenos empresários, donos de imóveis, acionistas de grandes empresas), funcionários (também em sentido amplo, referindo-se a trabalhadores dos mais diversos segmentos e categorias, e até mesmo a executivos), militares, estudantes, funcionários públicos e religiosos. A letra Z também era utilizada, para dar conta de setores não especificados nas categorias anteriores. O que expusemos em nota anterior quanto à subfamília a que remete o dossiê 17-S-36 do Fundo DCS também se aplica ao setor S, não identificado por Aquino na série “Dossiês” do DEOPS.

19 Os informes produzidos no âmbito do DEOPS-SP se encontram, via de regra, impressos em papel oficial, com o cabeçalho iniciado pela inscrição “Secretaria de Segurança Pública – Departamento Estadual de Ordem Política e Social – Serviço de Informações”. Logo abaixo se encontram sete campos (nem sempre integralmente preenchidos), destinados a permitir a rápida identificação do conteúdo do documento: 1. Assunto; 2. Origem; 3. Classificação; 4. Difusão; 5. Referência; 6. Difusão desde a Origem; 7. Anexo. Resende observa que na documentação referente ao monitoramento dos movimentos pela anistia, produzida, essencialmente, entre fins da década de 1970 e meados dos anos 1980, era comum que apenas três desses

escrita da repressão e da subversão, obra elaborada a partir do estudo dos acervos do SNI, Cisa e CSN, entre outros, traz definição semelhante: “documento formulado pelo agente de informações que expressa sua certeza ou opinião sobre um fato ou situação passada ou presente”, não contendo, portanto, “nenhum tipo de análise de desdobramento futuro”. De acordo com a doutrina da Escola Nacional de Informações (EsNI), responsável pelo treinamento de civis e militares para atuação nas áreas de informação e contrainformação, incluindo, por certo, grande número de agentes dos Dops estaduais, o informe correspondia à “matéria-prima para a produção da informação”.²⁰

Além dos informes, merecem menção outros tipos documentais que podem ser encontrados nos dossiês que cobrem o movimento operário e suas organizações, tais como os ofícios, correspondências (por exemplo, entre as delegacias do interior e o DEOPS/SP ou o DCS, mas também entre empresas e polícia), as “resenhas jornalísticas” (compilados de recortes de jornais com notícias sobre os acontecimentos e pessoas investigadas)²¹ e as fichas funcionais de trabalhadores (cedidas à polícia política pelas próprias empresas), sem contar o material apreendido pelos agentes do departamento. Na próxima seção, mobilizaremos exemplares dentre essas fontes para recuperar a história de algumas das greves protagonizadas pelos metalúrgicos de São José dos Campos, a mais numerosa categoria da região, entre 1984 e 1985, e da atenção que elas receberam de um organismo repressivo que, em tese, se encontrava “extinto”, no período da chamada “transição democrática”.

2 O olhar policial sobre as greves metalúrgicas em São José dos Campos (1984-1985)

O estudo dos “arquivos da repressão” tem confirmado a recorrência de certos padrões de intervenção policial sobre o conflito capital-trabalho. Antonio Luigi Negro e Paulo Fontes, que também conduziram pesquisas utilizando-se dos acervos do DEOPS/SP, apontam para um senso comum arraigado nos aparelhos estatais de repressão, segundo o qual “as camadas inferiores da população” constituiriam “um campo propício para a propagação de ideias subversivas”. Essa “convicção de que o ‘trabalhador humilde’ podia ser presa fácil do recrutamento comunista submetia ambos à mira policial”.²² Podemos acrescentar ainda que a construção da imagem (idealizada) de grupos e conjuntos sociais (e.g. estrangeiros²³, comunistas) como “subversivos” e, portanto, passíveis de repressão, permitiu a extensão sistemática não apenas da vigilância, mas,

campos estivessem preenchidos; o *assunto*, geralmente identificado pelo nome do evento ou por uma brevíssima descrição do episódio de que o documento buscava dar conta; a *origem*, campo quase sempre preenchido simplesmente com a expressão “a fonte” (preservando os nomes dos agentes infiltrados); e a *difusão*, que dava conta da circulação do documento pela “comunidade de informações”. Cf. Pâmela A. Resende, *Os vigilantes da ordem*, op. cit., p. 71.

20 Vivien Ishaq *et al.* *A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. pp. 177-178.

21 No acervo do Departamento de Comunicação Social (DCS) da Polícia Civil do Estado de São Paulo, segundo dados do Guia do Acervo do Arquivo do Estado, cerca de 63% da documentação é composta por “clippings de jornais, revistas e até mesmo cópias de mensagens eletrônicas (...). Existem ainda relatórios, ofícios, comunicações internas, boletins de ocorrência, telegramas, resenhas policiais e panfletos e cartazes apreendidos dos movimentos sociais”.

22 Antonio Luigi Negro e Paulo Fontes. “Trabalhadores em São Paulo”, *op. cit.*, p. 164.

23 Tratando da Primeira República, Rogério L. G. Bonfá argumenta que a responsabilização dos imigrantes pelas convulsões sociais brasileiras se associava a uma estratégia estatal (implícita) que envolvia não admitir sequer a existência de problemas como o desemprego e a carestia no país. De acordo com essa lógica, quaisquer movimentos contestatórios, no Brasil, necessariamente derivavam da infiltração do estrangeiro subversivo. Estabelecia-se, assim, o “mito do imigrante militante, que traz da Europa experiência sindical e política”. Para reprimir esse segmento populacional, o Estado contava com a possibilidade da “deportação por arbítrio da polícia e conveniência da ordem”. Embora os banimentos discricionários tenham sido limitados por legislação de 1907, o imaginário sobre o imigrante subversivo e as argumentações pró-expulsão permaneceriam ecoando até a década de 1930. Rogério L. G. Bonfá “Com Lei ou Sem Lei: as expulsões de estrangeiros na Primeira República”. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26 (2009), pp. 185-214 (aqui, pp. 187-189).

em certas ocasiões, da violência estatal contra parcelas mais amplas da população e, em especial, de trabalhadoras e trabalhadores mobilizados.

Consequência direta dessa lógica de suspeição, o acompanhamento constante de entidades sindicais²⁴ e a penetração da vigilância policial no interior das fábricas²⁵ estão fartamente documentados no acervo do DEOPS/SP²⁶ e do DCS. O sistema de monitoramento desenvolvido pelas polícias políticas e pelos serviços militares de informação dependia em muito da montagem de redes de favores e colaborações, das quais chegaram a fazer parte trabalhadores e dirigentes sindicais alinhados com os ideais repressivos. Entretanto, como apontam Negro e Fontes, resulta evidente que em tais redes “as empresas cumpriram papel destacado”.²⁷

Um tipo privilegiado de fonte disponível no acervo da polícia política paulista para o estudo das lutas operárias na região de São José dos Campos na primeira metade da década de 1980 são as “resenhas jornalísticas”. As resenhas nada mais eram que compilações de recortes de jornais de grande circulação²⁸ que, via de regra, continham notícias sobre o movimento operário, pessoas,

- 24 Utilizando a já mencionada ferramenta *online* de busca por palavra nas fichas remissivas do acervo do DEOPS/SP, constatamos que o termo “sindicato” ocorre em não menos de 14.000 delas. Cerca de 1.600 fazem referência a sindicatos metalúrgicos; o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (SMSJCR) é mencionado em ao menos 28 casos, com fichas remetendo, geralmente, a dossiês das subfamílias “20-C”, “21-Z” e “50-Z”. Algumas delas indicam ainda o dossiê 17-S-36, produzido pelo DCS da Polícia Civil, a partir de 1983 e que, como veremos a seguir, contém farta documentação sobre greves dos metalúrgicos de São José dos Campos. Vale lembrar que o mecanismo de busca trabalha com palavras-chave, e além disso não dá conta da totalidade das fichas remissivas do acervo, razões pelas quais não devemos concluir que a documentação referente à entidade se resume à que é mencionada nestas 28 fichas.
- 25 Na mesma base de dados, podemos buscar fichas mencionando nomes de empresas. A pesquisa por “General Motors”, por exemplo, traz 36 resultados, remetendo a documentos espalhados por diversas famílias e subfamílias, tratando de greves, assembleias e assaltos ocorridos nas dependências da montadora. Já a “Volkswagen” (que, assim como a GM, também contava com plantas tanto na região do Vale do Paraíba quanto no ABC paulista) é mencionada em mais de 150 ocasiões.
- 26 Negro e Fontes atentam para um exemplo entre muitos, que evidencia que nem mesmo os banheiros da Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo estavam a salvo do monitoramento. Um ofício da delegacia de polícia do ABC para o Departamento, de setembro de 1974, registrava inscrições grafadas na porta de um sanitário da empresa por ocasião das eleições daquele ano: “O banheiro é um lugar de meditação. Portanto, reflita. O regime atual de nosso governo, comparado nas devidas proporções, lembra muito a ‘escravidão’. Trabalhamos sem lucros, somos subnutridos devido à inflação vigente no país. Mostremos a oposição, votando no MDB e fazendo greve. Quem estiver de acordo, faça campanha também”. DAESP/Fundo DEOPS, série “Dossiês”. Dossiê 50-Z-341, fl. 1098. *Apud* Antonio Luigi Negro e Paulo Fontes, “Trabalhadores em São Paulo”, *op. cit.*, p. 164.
- 27 *Idem*, p. 165. A pesquisa promovida em 2014 pela Comissão da Verdade dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (CVM/SJC) junto aos acervos do SNI e do CISA, disponíveis no Arquivo Nacional, também aponta no mesmo sentido. Constatou-se a existência de um Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba (CECOSE/VP), que funcionou pelo menos entre 1983 e 1985, reunindo chefes de segurança das principais empresas da região, policiais e membros dos aparelhos de informação militares. No âmbito do CECOSE/VP, circulavam as famigeradas “listas negras” de ativistas e militantes que não deveriam ser contratados, além de relatórios produzidos pelas próprias empresas, sistematizando a vigilância que mantinham por conta própria sobre o movimento operário. O levantamento documental da CVM/SJC foi sistematizado em um documento encaminhado ao GT-13 da Comissão Nacional da Verdade, em cujo Relatório suas indicações foram incorporadas. Cf. Comissão Nacional da Verdade, *Relatório*. 2014, Vol. 2., p. 66. Como exemplos do monitoramento de entidades e militantes efetuado sob responsabilidade de empresas podem ser mencionados os “Lembretes” da Volkswagen (BR NA BSB VAZ 026A 0194) e o “Relatório Informativo de Segurança Patrimonial”, da Villares (BR NA BSB VAZ 049 0117). Cópias desses documentos, de autoria das referidas empresas, circularam nas reuniões do CECOSE/VP, de modo a fomentar iniciativas semelhantes em outras fábricas.
- 28 Carneiro identifica três matrizes discursivas que atravessam a documentação produzida e acumulada pela polícia política: o *discurso da ordem* (produzido pela própria polícia); o discurso da desordem (o da resistência); e o *discurso colaboracionista* (dos delatores e da grande imprensa). O discurso da ordem, de tom marcadamente acusatório, é acionado pela autoridade policial contra aquilo que ela identifica como a “desordem” (atitudes e indivíduos “potencialmente perigosos” encontrados, via de regra, entre segmentos sociais tradicionalmente excluídos), “com base na observação e na materialização do crime (provas concretas)”. Através dos autos de busca e apreensão e dos relatórios de investigação, esse discurso se objetiva e constrói “realidades” discursivas que, “ao serem julgadas pelas instâncias superiores e propagadas junto à grande imprensa” – portanto, articulando-se com o discurso colaboracionista – “tornam-se consenso, legitimando a repressão”: “Daí a importância de levarmos em consideração os artigos de jornais, que, recortados pelos policiais e colados junto aos prontuários – ainda que sem identificação de datas e páginas – contribuíam para reforçar a imagem negativa do indiciado. Comparando a versão

organizações ou situações suspeitas, organizados em pastas por agentes da Polícia Civil, a partir de contribuições regulares das delegacias de diversas cidades. As compilações de notícias geralmente eram acompanhadas por breves resumos, elaborados pelos próprios delegados remetentes, pelos agentes da Divisão de Informações Sociais (DIS) do DEOPS, ou, a partir de 1983, do DCS.²⁹ Através das resenhas, podemos ter acesso à cobertura da imprensa sobre as grandes greves que se tornaram comuns no Vale do Paraíba na primeira metade da década de 1980, ao lado de reportagens sobre outras ocorrências “suspeitas”³⁰. Também figuram nos dossiês documentos produzidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (SMSJCR), comunicados emitidos pelas empresas, correspondência direta entre as mesmas e a Polícia Civil e fichas funcionais e prontuários de trabalhadores envolvidos com organizações oposicionistas, o sindicato e/ou os movimentos paredistas. A seguir, trataremos de alguns episódios repressivos que se passaram na região, após o fechamento do DEOPS, com base nessa documentação.

Em agosto de 1984 os operários da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) de São José dos Campos se encontravam em estado de greve. Em “Carta Aberta à População” (da qual o DCS arquivou um exemplar) assinada pelo SMSJCR, a entidade denunciava a ação das Forças Armadas no sentido de impedir a greve de ocupação pela qual os trabalhadores daquela estatal haviam decidido no dia 8 daquele mês:

Nesta sexta-feira, 10 de agosto de 1984, os trabalhadores da EMBRAER, que estavam em greve há dois dias, foram expulsos de dentro da fábrica pela força dos fuzis e das metralhadoras da Polícia Militar e da Polícia Aeronáutica.

Foram expulsos por mais de 1.000 homens armados, a mando da própria direção da empresa, que dizia estar cumprindo ordens expressas dos donos do poder em Brasília, os mesmos que estão levando o país à falência.

(...)

A EMBRAER fez isso porque ela é filha do regime militar, que não tolera nenhuma ação que venha a mostrar que a população do nosso país quer liberdade, quer melhores condições de vida e de trabalho.³¹

Em carta destinada a seu quadro funcional e também arquivada pelo DCS, a Embraer recorria aos dispositivos legais em favor da defesa patrimonial e da garantia do acesso aos postos de trabalho para os trabalhadores que desejassem não aderir à greve, e confirmava:

A EMBRAER decidiu solicitar às autoridades do Ministério da Aeronáutica a presença de tropas dentro de nossas instalações, a fim de proteger o patrimônio da empresa e principalmente garantir a integridade física de nossos funcionários.

Portanto a presença desses militares na EMBRAER deve ser entendida como uma real e efetiva proteção aos nossos funcionários e às nossas instalações, garantindo, assim, que a EMBRAER possa continuar funcionando e garantindo o emprego de nosso pessoal.³²

policial com as mensagens veiculadas junto à imprensa temos possibilidade de recuperar elementos que direcionavam o raciocínio 'lógico' do repressor". Cf. Maria Luiza Tucci Carneiro, "Os arquivos da polícia política", *op. cit.*, p. 2.

29 Um exemplo é o Ofício nº 066/SCS/84, de 05 de abril de 1984, da Delegacia Regional de Polícia do Vale do Paraíba, Seção de Comunicação Social (SCS), assinado por José Celestino Joaquim, delegado de polícia assistente, responsável pela SCS do Vale do Paraíba, enviado ao Dr. Silvio Pereira Machado, delegado de polícia chefe do DCS. A "resenha" propriamente dita consiste nos anexos do referido ofício. DAESP/ Fundo do Departamento de Comunicação Social, Dossiê 17-S-36-103, Pasta 1.

30 Incluindo ocorrências sem qualquer conotação política aparente, tais como contrabando de whisky ou roubo de gado.

31 SMSJCR, "Carta aberta à população". São José dos Campos, 11/08/1984. DAESP/Fundo DCS, Dossiê 17-S-36-144, Pasta 3.

32 A Diretoria [da Embraer], "Aos empregados da EMBRAER". São José dos Campos, 10/08/1984. p. 1. DAESP/ Fundo DCS, Dossiê 17-S-36-144, Pasta 3.

O cerco e a ocupação militar da estatal seriam noticiados pelo jornal *ValeParaibano* no dia 11 de agosto de 1984. O periódico informava então que a intervenção militar também incluía ao menos um episódio de violência contra um ativista e privação de sua liberdade.

Os ânimos se acirraram quando membros da Polícia da Aeronáutica, fortemente armados, prenderam o presidente da União Joseense dos Estudantes Secundaristas, Munir Gathas, que levava o apoio dos estudantes aos metalúrgicos em greve. Munir foi arrastado, feriu o cotovelo e levou um soco na nuca. Na confusão, o chefe da guarda da Embraer, conhecido por Miguel, aproveitou para cortar o fio do megafone usado pelo Sindicato dos Metalúrgicos, para se comunicar com os grevistas. Diante disso, os operários começaram a atacar a polícia com pedaços de pau e bagaços de laranja.³³

Aquela greve terminaria com 150 trabalhadores afastados, que a Embraer tentaria demitir por justa causa pela participação ativa na mobilização. Segundo o *Jornal do Metalúrgico* nº 21, de agosto de 1984, muitos desses operários afastados trabalhavam há muito tempo na empresa e alguns já estavam para se aposentar. Além disso, os militares teriam ainda utilizado as dependências da Embraer para realizar longos interrogatórios com os trabalhadores.³⁴ Rosângela Bellini De Oliveira, então advogada do SMSJCR, afirmaria a *O Vale*, dias depois, que as demissões e afastamentos de trabalhadores que haviam participado pacificamente de uma greve eram ilegais, e denunciava através da reportagem: “O verdadeiro interrogatório, que está sendo feito pela empresa a todos os ‘afastados’, também é (...) um verdadeiro absurdo, já que não existe base legal para isso. Portanto, o que se pode concluir é que tudo está errado no processo”.³⁵ Os afastamentos serviriam como pretexto para impedir as eleições para a Comissão de Fábrica que seria instituída na empresa no fim daquele mês. A Embraer alegaria, segundo o *ValeParaibano* de 29 de Agosto, que a justificativa para o adiamento da eleição seria a falta de candidatos, o que não deixava de ser irônico, uma vez que todos eles se encontravam na lista de afastados.

Duas semanas depois daquela intervenção militar sobre a estatal, uma empresa privada da região, a National (atualmente, Panasonic), seria responsável pelo emprego da violência física contra o operariado mobilizado. Em 23 de agosto de 1984, o mesmo periódico denunciava agressões sofridas por trabalhadores grevistas daquela fábrica, perpetradas pela equipe de segurança contratada pela empresa. “Cinco trabalhadores violentamente espancados e escoriações generalizadas em quase todos os outros funcionários da National. Esse foi o resultado de uma verdadeira batalha entre trabalhadores e a segurança na manhã de ontem [22 de agosto de 1984]”. O relato jornalístico permite que percebamos com que facilidade os serviços de segurança “patrimonial” das empresas podiam ser acionados como instrumentos de repressão contra os trabalhadores – em especial nas situações de acirramento das disputas entre operariado e a patronal, como era o caso de uma greve.

Às sete horas da manhã de ontem [22 de agosto de 1984], os trabalhadores da National chegaram na fábrica, com o propósito de continuar parados, lá dentro. Logo que os ônibus entraram no portão principal, foram parados e os seguranças da “Pires Segurança”, contratados pela National para “garantir

33 “Greve: Tropas cercam a Embraer”. *ValeParaibano*, 11/08/1984, p. 5. DAESP/ Fundo DCS, Dossiê 17-S-36-17-S-36-131, Pasta 3.

34 “Terror na Embraer: 155 companheiros afastados. Eles foram interrogados por militares e em alguns casos a ‘conversa’ durou até 5 horas”. “Militares aparentemente não funcionários da empresa passam horas interrogando esses companheiros, querendo arrancar confissões a respeito das suas participações na greve. Querendo enfim que os companheiros afastados dedem outros companheiros”. *Jornal do Metalúrgico*, nº 21, agosto/1984, p.2. DAESP/Fundo DCS, Dossiê 17-S-36-147, Pasta 3.

35 *ValeParaibano*, 23/08/1984, p.6. DAESP/Fundo DCS, Dossiê 17-S-36-146, Pasta 3.

o patrimônio da empresa”, quiseram retirar os 42 operários que haviam sido demitidos. Revoltados, mas pacificamente, todos os trabalhadores resolveram não entrar na fábrica e dirigiram-se para os portões.

Nesse momento, os seguranças saíram correndo atrás deles e começou uma pancadaria geral. Armados de revólveres e cassetetes, eles queriam obrigar os trabalhadores a voltarem aos seus postos, mas evidentemente não conseguiram. Garantiram os trabalhadores – e há muitas testemunhas disso – que os seguranças chegaram a sacar seus revólveres e apontá-los para os trabalhadores. Isso sem contar que cassetadas foram distribuídas à vontade e poucos trabalhadores saíram ilesos.³⁶

De acordo com o *Vale Paraibano*, os funcionários mais gravemente feridos na ocasião teriam sido Antônio Divino Filho, Clélio de Oliveira Fonseca, Roberto da Silva, Eder Brumati e Rosana de Jesus. “Os dois últimos, com ferimentos generalizados, foram internados na Clínica São José”; cortes, escoriações e luxações também eram visíveis nos demais trabalhadores, que registraram um boletim de ocorrência na delegacia de polícia. O jornal informava ainda que o SMSJCR pretendia processar a empresa pela agressão. Prosseguia a reportagem:

O que mais revoltou os trabalhadores foi que a National é uma empresa cuja maioria de funcionários são mulheres. “Esses seguranças agrediram basicamente mulheres, isso é uma covardia que não dá nem pra descrever”, lamentaram sindicalistas. (...) Amélia Naomi, diretora de base do sindicato, trabalhando na National, também foi violentamente agredida e chegou a desmaiar duas vezes, por causa das cassetadas na cabeça.³⁷

Sobre a intervenção da polícia durante o episódio, bem como sua atuação no contexto da greve, informava ainda o jornal:

Os seguranças excederam-se tanto em reprimir os trabalhadores que a Polícia Militar interveio e mandou que eles se retirassem e ficassem num canto. Os policiais passaram o dia inteiro em frente à fábrica. Eram quatro kombis e um Volks, todos repletos de policiais, que não se limitaram a ficar nos portões, mas estavam também espalhados por toda a fábrica.³⁸

Não é descabido questionar se as agressões físicas eram, de fato, “excessos” cometidos pela equipe de segurança, ou se, pelo contrário, configuravam consequências previsíveis da estratégia adotada pela patronal para derrotar a greve. Os objetivos aparentes da atuação dos seguranças, afinal, foram os de impedir os funcionários demitidos de se integrarem aos demais companheiros mobilizados e obrigar os grevistas a retomarem a produção. Além disso, as agressões perpetradas pela segurança serviram de justificativa (ou pretexto?) para a presença militar no contexto da greve. A polícia interrompeu o conflito entre os seguranças (que, conforme o relato, apesar dos “excessos” não foram detidos) e os trabalhadores e, a partir dali, passou a operar *dentro da empresa*, inibindo e coagindo as atividades de greve do movimento operário.

36 “National: segurança desce o pau”. *ValeParaibano*, 23/08/1984, p. 5. Ibid.

37 Idem.

38 Idem. O episódio também foi noticiado por *O Estado de S. Paulo*, segundo ficha da DCS (“Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Jacareí, Caçapava e Santa Branca, ficha 02”, DCSS06604), que remete ao periódico, arquivado em outro dossiê, sob o código 17-D-13-2648. Consta na ficha que “a ação dos vigilantes da Empresa de Segurança SP, contratada pela National, revoltou a nominado [José Luiz Gonçalves]. O presidente da entidade lembrava ontem que cerca de 80% dos funcionários da National são mulheres e algumas delas estão grávidas”.

À altura, a luta dos trabalhadores da National se prolongava por vários dias, e a polícia já havia se tornado presença comum nas imediações da planta. A greve então em curso era do tipo “com ocupação”, o que significava que a tática era manter trabalhadores grevistas dentro da planta, paralisando a produção. Após a deflagração da parede, pela tarde de 13 de agosto, a polícia teria sido acionada pela empresa para garantir que os operários que não quisessem aderir ao movimento pudessem deixar a fábrica ao final de seu turno. Ampla maioria optara por permanecer em greve dentro das instalações da National, decisão saudada pelos grevistas dos demais turnos, cerca de 1.200, reunidos do lado de fora da fábrica. Incidentes violentos não foram registrados na ocasião, e no dia seguinte, 14 de agosto, o *ValeParaibano* traria como manchete de sua seção local a “derrota” da Polícia Militar na National: “chamada pela direção da empresa, não conseguiu esvaziar o movimento”.

Cabe destacar a surpreendente simpatia com que o *ValeParaibano* aparenta retratar a onda grevista de agosto de 1984. Nas reportagens arquivadas pelo DCS, as lideranças sindicais são entrevistadas e seus argumentos aparecem constantemente; mais que isso, a própria narrativa parece se orientar por tais argumentos, reconhecendo e criticando as arbitrariedades promovidas pelas empresas e pela polícia. No caso da tentativa frustrada de esvaziamento da greve da National pela PM, o teor da notícia parece quase comemorativo, como seria de se esperar na imprensa sindical – e não na burguesa, especialmente em um periódico de perfil conservador, como era o *ValeParaibano* na opinião de ativistas e dirigentes sindicais da região. Haverá que se investigar possíveis razões para tal, uma vez que reportagens favoráveis a movimentos paredistas não parecem constituir um padrão na grande imprensa da época, seja no estado, seja na região do Vale.

Já no ano seguinte, a cobertura jornalística da greve dos operários da General Motors (GM), também selecionada nas “resenhas” da DCS, dispensa um tratamento muito mais duro (e habitual) aos grevistas. O movimento paredista de abril daquele ano se iniciou no contexto da campanha salarial metalúrgica promovida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), cuja pauta central era a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Na GM, ponta de lança do movimento na cidade, a mobilização começou pelo turno da noite, como uma greve de revezamento (os operários entravam na fábrica e cumpriam seus turnos de braços cruzados, deixando-a depois). Não se deve perder de vista que, naquele momento, convalescia o primeiro presidente civil eleito (indiretamente) em mais de vinte anos, Tancredo Neves, enquanto seu vice empossado, José Sarney, capitaneava a tentativa de construção de um “pacto social”, pressionando o movimento operário para que abandonasse as greves. A CUT, entretanto, se recusava a aderir ao pacto e seguia orientando os sindicatos de sua base a se enfrentarem com patrões e governo para garantir melhores condições de vida e trabalho. Após quinze dias de mobilização na GM, a patronal decide retaliar com demissões, o que leva os operários a ocuparem a fábrica.³⁹

Um aspecto fundamental da repressão a essa greve foi o que Caio Guerra chamou de “aliança empresarial-midiática”⁴⁰, colocando em destaque justamente o papel da imprensa na construção de um cenário desfavorável aos trabalhadores. Desde o início da greve, jornais de grande circulação veicularam uma série de reportagens caracterizando os ativistas como membros de “milícias metalúrgicas” e buscando associá-los a uma imagem violenta. Quando a greve de

39 As ocupações de fábrica se generalizam como tática de greve dos metalúrgicos na região a partir de 1984, o que confere um caráter exemplar à repressão sofrida pelos operários da GM em 1985. Discuti essa questão em comunicação intitulada “A tática das ocupações de fábrica na década de 1980: greves do setor metalúrgico em São José dos Campos (SP) e Volta Redonda (RJ)”, apresentada no XXIX Simpósio Nacional de História, em Brasília, Julho de 2017.

40 Caio César da S. Guerra. “Mais vale um ano de leão que cem anos de cordeiro”: Trajetórias dos metalúrgicos de São José dos Campos. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015. p. 174.

fato se radicalizou com a ocupação da planta pelos grevistas e membros da diretoria da empresa foram impedidos de sair da fábrica paralisada, os operários foram imediatamente comparados a sequestradores pela mídia.⁴¹ As barricadas montadas pelos metalúrgicos durante a ocupação para impedir uma eventual reintegração de posse, por sua vez, foram caracterizadas como dano ao patrimônio, alegação que se tornou peça importante para justificar a retaliação patronal (com cerca de 500 demissões, incluindo muitos trabalhadores que gozavam de estabilidade) e a criminalização sofrida por 31 dos grevistas na sequência.⁴²

A repressão à greve da GM em 1985 está ricamente documentada no dossiê 17-S-36 elaborado pelo DCS, que traz cópia do relatório de “qualificação dos indiciados” (enquadrados em vários artigos do Código Penal), dos depoimentos que eles foram convocados a prestar e até mesmo de suas fichas funcionais, isto é, seu cadastro como empregados da GM, contendo uma série de informações (nome completo, endereço, idade, “cor”/raça, nomes e datas de nascimento dos familiares dependentes, etc.) cedidas pela empresa, provavelmente, no intuito de agilizar o processo criminal.⁴³

Não caberia aqui uma descrição mais detalhada de tão farta documentação. Mas, dada a natureza diversa das fontes e a riqueza do conjunto, resulta evidente que os “arquivos da repressão” favorecem múltiplas abordagens e abrem diversas possibilidades de investigação. É possível tratar as séries documentais a partir de uma perspectiva arquivológica, tentando compreender processos e padrões de produção e acumulação desses documentos, tal como feito por Aquino e outros participantes do projeto “Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP”. Também são viáveis o acompanhamento das trajetórias de indivíduos, coletivos e organizações ao longo do tempo, além das mais diversas pesquisas temáticas, tais como o já mencionado trabalho de Resende sobre os movimentos de luta pela anistia, a pesquisa de Letícia Moraes sobre a infiltração policial no movimento feminista⁴⁴, ou ainda, a breve investigação de Negro sobre a militância feminina nos anos 1970.⁴⁵ Tais pesquisas, frequentemente, se favorecem do uso dos acervos de diversas polícias políticas, visto ser comum que múltiplas agências vigiassem os mesmos sujeitos, organizações e atividades. Também é comum que os historiadores lancem mão de outras ferramentas, como a história oral, no intuito de não restringirem seus universos documentais ao “olhar policial” ou, nos termos de Maria L. T. Carneiro, o “discurso da ordem”.

Para encerrar o presente artigo, é necessário comentar ainda que, de fato, impressiona a semelhança entre a produção documental do DEOPS/SP e a do DCS da Polícia Civil, indício de continuidade de uma atividade repressiva que, já nos discursos das décadas de 1970 e 1980 (e mesmo muito antes), era denunciada como absolutamente incompatível com uma “transição democrática”, mas que, como sabemos, seguiu ininterrupta, pelo menos, até 1999. Aquino

41 *O Estado de São Paulo*, em 27/04/1985: “No vale, grevistas fazem 370 reféns”. DAESP/Fundo DCS, Dossiê 17-S-36-180, Pasta 4.

42 Além desses funcionários, todos demitidos e processados, também foram indiciados o presidente e um funcionário do SMSJCR, ativos na greve, de modo que se convencionou chamar os alvos do processo de “os 33 da GM”.

43 Cf. DAESP/Fundo DCS/Dossiê 17-S-36-192, Pasta 4. Na mesma pasta se encontra também a lista completa dos demitidos por ocasião da greve, emitida pela GM e afixada nas portarias e quadros de aviso da empresa (17-S-36-179).

44 Letícia Nunes de Góes Moraes. “Agentes infiltrados no movimento feminista brasileiro”. In Maria Aparecida de Aquino *et al.* (org.) *O Dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP. O Anticomunismo: doença do aparato repressivo brasileiro. Famílias 30 e 40*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 55-89.

45 Antonio Luigi Negro. “‘Servir ao povo de todo o coração’: mulheres militantes e mulheres operárias no ABC na década de 1970” In Cecília Macdowell Santos *et al.* (org.) *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. 2 vol. São Paulo: Adalberto & Rothschild Editores, 2009. v.1, pp. 84-109.

comentara com espanto, à época do lançamento da coleção “Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Brasileiro”, as notícias sobre a descoberta da existência da Divisão de Comunicação Social e de sua atividade persecutória desenvolvida nos mesmos moldes do extinto órgão, “inclusive utilizando funcionários do DEOPS/SP”. Uma pergunta formulada então pela historiadora segue ecoando, sem resposta: “Existirá outro órgão, agora, com nova denominação e função semelhante, exercendo a mesma vigilância aos ‘suspeitos de sempre’?”⁴⁶

46 Maria Aparecida de Aquino. “DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária”, *op. cit.*, p. 43.